

Política de juventude

0. A problemática das gerações determina no desenvolvimento das sociedades uma preocupação pela juventude. Este sentido amplo da questão tem raízes filosóficas e psicopedagógicas antigas, provenientes da antiga Grécia (Homero, Socrates, Platão, Aristóteles), de Roma (Lucrécio, Cícero, Séneca, Quintiliano), da Idade Média (visão teológica), em Espinoza, etc., e, ainda, nas relações entre pais e filhos. Tivemos que esperar ao Século XVIII, com Rousseau ("O Emílio"), para que a juventude começasse a ter um valor social, integrando-se no modo de pensar optimista e inovador da classe burguesa e da Ilustração. A infância foi conhecida de forma tardia, ao conhecer-se que ela necessitava de um tratamento socioeducativo diferenciado do adulto. Não nos esquecemos que nos encontramos numa época em que a criança começa a ter impacto na vida do lar, na estrutura social, nas pautas socializadas na família e na escola, contribuindo-se a cristalizar a ideia que a "juventude" está por "fazer-se", por adquirir a sua condição de etapa de vida e de dignidade própria.

Posteriormente, esta preocupação estendeu-se a outros pensadores entre eles Ribeiro Sanches e mais recentemente a Spranger, S. Hall, Mannheim, Stern, Bühler, Piaget, Köhlberg, Erikson, Keniston, etc. Parece que o termo "juventude" entrou no debate contemporâneo, desde a burguesia, idealizando-se cada vez mais a sua presença e protagonismo social na dinâmica das sociedades. Por isso, esta etapa de "transição" entre a "infância" e o adulto vai procurando a sua identidade, como uma superação de provas à sociedade, de tal modo que se entraña numa axiologia e em normas comportamentais e atitudinais próprias, para além dum a posição que ocupa na educação, no trabalho, nos grupos sociais, na responsabilidade dos direitos e deveres sociais, etc. Sabemos, quanto difícil são as discrepâncias existentes quando vinculamos os jovens aos processos de inserção socio-profissional, de tal modo, que configurou-os numa "categoria social" sui generis.

Não é por acaso que autores como Johnson, Jousselin, Touraine, Goodman e os defensores da autogestão (Mendel, Vogt, Neil, etc.) esboçam os problemas da juventude, demonstrando a sua conversão em "classe" (ideológica), recusando a sociedade mercantilista adulta e enfrentando-se à ideologia vigente (burguesa,

capitalista, marxista, etc.). De facto, não é fácil explicar o que é a juventude e o que significa "ser-se jovem", pois, encontrar-nos-emos entre um enfoque que substitui a simplificação demográfica (significado da juventude em termos evolutivos, biológicos e psicossociais, unido a certos períodos de idade) pela complexidade das realidades sociais (esta considera-a como uma "categoria sociológica" manifestada pelas estruturas sociais).

Trata-se, efectivamente, de uma polivalência de um conceito que não só expressa um modo de "sentir", de "ser" e de "querer", como experiências, modos de agir e actuar em público nos vários sectores da sociedade. Atrevemo-nos a dizer que os jovens são o marco de referência nos diversos discursos públicos, institucionais, políticos, literários, nos meios de comunicação social, na publicidade, na moda, no consumo, etc., constituindo uma presença e um referencial habitual na actualidade.

Devido à ambiguidade do termo, não existe uma só juventude, mas "juventudes" ou "jovens", sendo muito diferente o que ela própria significa para os jovens dentro do mesmo grupo etário. De opinião contrária está P. Bourdieu (1980: 143 ss) dizendo que "a juventude é uma simples palavra", ou D. Coupland (1990) que a tipifica como "geração X", ou mesmo a polémica designação portuguesa de "geração rasca", tópico ou marca de uma época própria. Pondo de parte estas dificuldades terminológicas, os desafios conceptualizadores são difíceis, pois, pretendem definir a juventude com critérios complementares amplos (biológicos, psicológicos, antropológicos, legislativos, jurídicos, demográfico, económicos, culturais, etc.) que possibilitam a sua interpretação diferenciada. Os próprios organismos internacionais, a administração pública e os especialistas de política da juventude não ficam atrás nesses atributos.

Este debate conceptual não está à margem da preocupação pelos seus perfis na sociedade contemporânea. O tema da juventude, segundo estatísticas emitidas pela UNESCO, é um dos mais significativos nas publicações científicas desde a década dos 70. A inquietação dos especialistas sociais coincide com a nova história que escrevem os jovens na sociedade, desde que a começaram preocupar com os seus discursos e intervenções. Os estudos dos fenómenos relacionado com a juventude são contributos importantes para diagnosticar muitos dos aspectos relevantes das sociedades e da época.

Seja qual for a análise que façamos, jovens e/ou juventude é uma realidade humana e social que quotidianamente designamos como tal, supondo um momento de vida do ser humano em que se define e se estrutura os quadros de valores (implícitos e explícitos) do sujeito. Daí que estudar a juventude supõem ultrapassar o marco dos problemas biológicos, psicológicos, sociológicos e educativos para situar-nos em variadas circunstâncias e factores determinantes para analisar o seu papel na sociedade actual, principalmente em relação à sua formação, inserção social e profissional, direitos e liberdades, ócio e tempos livres, conflito de gerações e desviação social, formas de acção e políticas de juventude, etc. Deste modo hoje em dia faz falta uma Sociologia da Juventude e uma Pedagogia ou Psicopedagogia da Juventude que analise este colectivo geracional que teve em 1985 o seu Ano Internacional.

1. - Os Jovens: dos finais do século XX aos alvores do novo milénio. Reconhecemos, neste declinar do milénio, o interpretar a condição social da juventude leva-nos a vincular esse sentido "transitório" que a caracteriza intrinsecamente e nas conjecturas históricas. É-se jovem para depois deixar de sê-lo. Mas quando se o é partilha-se horizontes, ideais e valores de um ciclo de geração, que se sabe que é mais ou menos provisório. Há um vínculo enorme do "jovem" ao seu tempo, podendo afirmar-se que ele dispõe uma biografia de um passado (infância social na dependência da família), de um presente e de um futuro. Nesse envolvimento témpera, a rede de densidade dos acontecimentos e circunstâncias, o aprofundar experiências configuram-no como "ser social", o papel de cada um e os efeitos que produzem na sociedade em que vivem.

Analisemos numa dupla vertente essa "transitoriedade" que caracteriza a juventude. Em primeiro lugar, lembramos que a juventude não é uma etapa definitiva, mas de transição entre a infância e a inserção na vida activa (emancipação, independência, autonomia) formalizado pelo Direito, a Constituição e as práticas sociais. Em segundo lugar põe de relevo quem os jovens repercutem na reprodução dos agentes sociais e na configuração histórica (social e cultural) da sociedade.

Nós adultos aludimos à juventude actual com a tendência a referir-nos à nossa própria ou às histórias específicas das gerações precedentes, esquecendo-nos que ela vive certas repercussões de crise, o agravamento de problemas específicos relacionados com o acesso à educação, ao emprego, à saúde, à habitação e ao bem-estar (Galland, 1991).

É certo que no fim deste século XX, os estudiosos tratam-na com um sentido mitológico ao serem "filhos(as)" de consecutivas crises e do desenvolvimento. Por isso, os jovens aparecem integrados numa geração muda, perplexa, realista, desencantada, tecnológica, consumista, acomodada ao lar familiar, irónica, racional, escolarizada, tolerante, niilista, individualista, cosmopolita, do esforço fácil, etc.

Eles vivem entre paradoxos, como os da paz e a intimidação, a solidariedade e a xenofobia, o emprego especializado e o desemprego, entre o progresso social e o deteriorio das suas condições de vida, a abundância e a fome (a pobreza e a riqueza), a unidade e a diversidade de culturas, a solidariedade e a marginalização, etc. (Henriksson, 1983). Há quem vai mais longe nas suas análises atrevendo-se afirmar que essa geração vive num "drama" e/ou "insónia", pois, são jovens que nascem com o mínimo de abundância, com um lar mais ou menos feliz e afectivo (normalidade no ambiente), em que o horizonte do desemprego e a falta de expectativas no futuro gera uma "insónia". De facto, há neles uma heterogeneidade de incógnitas, que transportam para o seu quotidiano e para as suas reivindicações, e de tipologias de uso.

Tem-se feito alguns estudos sociológicos, sondagens e relatórios, encomendados a empresas especializadas, os quais nos informam que os nossos jovens têm preocupações comuns: o meio-ambiente (natureza física), a ecologia, a violência, a marginalidade e criminalidade, a droga, a sida, a interculturalidade entre os povos e culturas, a igualdade de sexos e de oportunidades (na educação, no emprego, nos direitos), etc.

2. - As Respostas da Sociedade. Os problemas dos jovens apresentam mais perguntas que respostas, e por isso, mais inquietação aos governantes, às famílias e à sociedade em geral. Interpelam a sociedade para que gere estratégias e políticas inovadoras e eficazes. A procura de explicações e a oferta de alternativas por parte do poder político legitimado parecem sugerir decisões práticas no que se designa por Política de Juventude. Muitos argumentos desse discurso oficial vão dirigidos à procura de condições que favoreçam o protagonismo dos jovens em vários sectores da vida social e cultural, o desejo de satisfazer os direitos fundamentais como o acesso ao ensino, ao trabalho e na melhoria de vida (saúde, habitação, etc.), com a acção intermediária de muitos organismos oficiais.

As políticas de juventude são formas plurais, nem sempre convergentes, avançando no desafio de fazer aproximar a juventude às instituições sociais e à realidade, com a disponibilidade de estruturas organizadas (nível regional e local) e institucionais (escola, família, empresa, associações, administração pública, ...) num propósito de conhecer os problemas e necessidades da juventude no contexto, de modo a adoptar os recursos adequados. Por outro lado, nessas políticas deve existir uma dimensão ético social, articulada com o objecto da ética política, já que todas as problemáticas dos jovens são em si problemas educativos e pedagógico-sociais. Num conjunto de propósitos essas políticas devem incluir:

- (a) - integrar nos programas para a juventude os problemas dos jovens marginalizados, inadaptados e os de maior dificuldades, incluindo elementos culturais da sua própria comunidade;
- (b.) - desenvolver meios favorecedores da educação dos jovens para a paz, o respeito mutuo, tolerância, solidariedade, participação, compreensão e diversidade de culturas e povos;
- (c.) - apoiar as iniciativas dos jovens, incluindo as de tipo informal, nos âmbitos políticos, culturais, sociais e económicos (empresariais);
- (d.) - intensificar e apoiar a mobilidade e os intercâmbios internacionais (europeus);
- (e.) - motivar à participação dos jovens na utilização das novas tecnologias, fomentando programas e acções de teor educativo (formal, não-formal) e profissional;
- (f.) - promover a vida associativa (participação dos jovens) em todos os sectores da vida social, principalmente os referidos ao desenvolvimento, à preservação do património cultural e artístico, protecção do meio-ambiente, intercâmbios culturais e desportivos, actos de solidariedade internacional, etc.
- (g.) - fornecer apoios às distintas actividades e projectos dos jovens orientadas e/ou geridas desde a Escola e das autarquias locais;
- (h.) - aproximar as políticas de juventude à complexidade social e económica, dando uma resposta global aos reais problemas dos jovens, o que requer que sejam políticas articuladas com a política social e económica do Estado mais descentralizadas e com

maiores recursos financeiros.

As medidas para um adequado Plano Integrado para a Juventude, mesmo tendo em conta que os jovens (destinatários) e as instituições sofrem mudanças, podem estruturar-se em cinco áreas de acção:

(1.º) - Educação, formação e emprego. O objectivo é dar aos jovens melhores oportunidades de emancipação e independência para que construem o seu projecto de vida. A maior incidência orienta-se a melhorar o sistema educativo, a especialização e formação profissional, o acesso ao mercado de trabalho e respectivas condições.

(2.º) - Igualdade de oportunidades. Orientações específicas a determinados sectores da população juvenil mais necessitados, excluídos (discriminados) e com dificuldades de exercerem os seus direitos e a integração socio-profissional. As vias de acção incidem na educação, no emprego, nas reformas legislativas e sociais, destacando-se os aspectos da prevenção, sensibilização e compreensão social.

(3.º) - Melhorar a qualidade de vida. Materializar e gerir os tempos livres, o uso dos serviços básicos, o desenvolvimento da criatividade e da inovação, a solidariedade, o acesso á informação e às tecnologias, etc. A melhor medida é a iniciativa de actividades, programas, ajudas, subsídios, etc. relacionados com o desenvolvimento de uma comunidade ou região, com a habitação, com a saúde, o consumo, o desporto, a cultura, a investigação o turismo, o meio-ambiente, o serviço militar, o serviço social voluntário, meios de comunicação social e às pequenas e médias empresas. A qualidade de vida deve vincular-se à reactivação económica e à modernização da sociedade, tendo como modelo o "bem-estar social", na satisfação de necessidades e direitos, de modo a que o jovem possa criar o seu "estilo de vida".

(4.º) - Participação e associativismo. Fomentar o debate e a participação em comum dos problemas locais, regionais e nacionais, incutindo aos jovens tarefas e finalidades que os capacitem para a autonomia, o compromisso e a responsabilidade com eles próprios e com a sociedade em geral, partindo das suas expectativas, soluções e interesses. O voluntariado em acções locais e regionais de vária índole, o associativismo, as actuações nos problemas escolares e municipais são alguns exemplos.

(5.º) - Cooperação europeia, lusófona e internacional. Hoje em dia os jovens vivem um contexto diferente de outras gerações. Referimo-nos à União Europeia e à abertura e consolidação de relações e intercâmbios com os países lusófonos. Este marco de cooperação será um factor de conhecimento, cultura, tolerância e paz. Por um lado, vinculando-se à construção do espaços europeu, e, por outro, às problemáticas humanitárias, culturais e de desenvolvimento dos países de expressão portuguesa (Palopes). Estes referentes exigem intercâmbios, projectos, programas de cooperação, especialização profissional, etc., de modo a criar-se uma consciência internacionalista e universalista da cidadania e da solidariedade entre os povos e as culturas.

Em definitivo, os objectivos dessas políticas devem situar-se nos âmbitos de atenção preferente, seja de forma diferenciada ou integrada no contexto global das políticas de acção social e educativa, criando marcos jurídicos e instituições especiais, elaborando planos de acção (projectos) com recursos suficientes e com competências de gestão e de administração.

Ernesto Candeias Martins